


SAÚDE PRIMÁRIA E PREVENÇÃO DE DSTS: COMO A ATENÇÃO BÁSICA PODE TRANSFORMAR A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Brennda Eduarda Costa Freitas, Bárbara Ellen Costa Freitas, Ana Carolina Cansanção Melro, Ana Carolina Rios Silva, Anne Caroline Almeida Moura, Lorena Guedes Santos de França, Samara Silva Noronha Cavalcante, Anne Carolina Lima dos Santos, Eunice Samara Cavalcante de Barros, Tailyne de Lima Lins, Izadora Magalhães Vasconcellos, Laura Patriota Palmares, Giselle Fernanda Tenorio Medeiros Oliveira, Matheus Eduardo Siqueira da Silva de Araújo, Gabriel Nunes Macêdo, Caroline de Albuquerque Alencar, Vitória Lima da Silva Souza, Maria Renata Gerbase Vidal, Carine Marcele Vital de França, Mariana Gomes da Silva, Jessica Maria Barros da Silva Soares Pinheiro, Monica Matias Pereira Alves

 <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n1p794-804>

Artigo recebido em 18 de Novembro e publicado em 23 de Janeiro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) é um modelo essencial no sistema de saúde, com foco na promoção da saúde e na prevenção de doenças, incluindo o combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). No contexto da saúde sexual e reprodutiva, a APS é uma estratégia crucial para melhorar o acesso e a conscientização da população sobre a prevenção de DSTs, promovendo comportamentos sexuais seguros e a detecção precoce de infecções, como o HIV. Diante disso, o presente estudo visa explorar como a Atenção Básica pode transformar a saúde sexual e reprodutiva, reduzindo a incidência de DSTs e promovendo a equidade em saúde.

Metodologia: Este estudo utilizou uma metodologia de pesquisa bibliográfica e análise de dados epidemiológicos. Foram selecionados artigos científicos publicados nos últimos dez anos em bases como PubMed e Google Scholar, com foco na relação entre atenção básica e prevenção de DSTs. Adicionalmente, foram coletados dados através do DATASUS, **Resultados:** Os dados coletados revelam que, embora as notificações de HIV no Brasil permaneçam significativas, houve uma diminuição nas taxas de infecção nos últimos anos, possivelmente devido às ações de prevenção e conscientização da APS, como a oferta de testagens rápidas e a distribuição de preservativos.

Considerações Finais: A Atenção Primária à Saúde tem se mostrado um pilar na promoção da saúde sexual e reprodutiva e na prevenção de DSTs, sobretudo em populações vulneráveis. Para um enfrentamento efetivo, é essencial ampliar os programas educativos, fortalecer a capacitação dos profissionais de saúde e garantir que as políticas públicas sustentem uma estrutura robusta e acessível de atendimento.

Palavras-chave: “atenção primária à saúde”, “prevenção de DSTs”, “saúde sexual e reprodutiva”.



PRIMARY HEALTH AND STD PREVENTION: HOW PRIMARY CARE CAN TRANSFORM SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH

ABSTRACT

Introduction: Primary Health Care (PHC) is an essential model in the health system, focusing on health promotion and disease prevention, including combating Sexually Transmitted Diseases (STDs). In the context of sexual and reproductive health, PHC is a crucial strategy to improve access and awareness of the population about STD prevention, promoting safe sexual behaviors and early detection of infections, such as HIV. Therefore, this study aims to explore how Primary Health Care can transform sexual and reproductive health, reducing the incidence of STDs and promoting health equity. **Methodology:** This study used a methodology of bibliographic research and analysis of epidemiological data. Scientific articles published in the last ten years in databases such as PubMed and Google Scholar were selected, focusing on the relationship between primary care and STD prevention. Additionally, data were collected through DATASUS. **Results:** The data collected reveal that, although HIV notifications in Brazil remain significant, there has been a decrease in infection rates in recent years, possibly due to prevention and awareness-raising actions by PHC, such as the provision of rapid testing and the distribution of condoms. **Final Considerations:** Primary Health Care has proven to be a pillar in the promotion of sexual and reproductive health and in the prevention of STDs, especially in vulnerable populations. In order to effectively address the problem, it is essential to expand educational programs, strengthen the training of health professionals and ensure that public policies support a robust and accessible care structure.

Keywords: “primary health care”, “STD prevention”, “sexual and reproductive health”.

Instituição afiliada – Centro Universitário Cesmac, Centro Universitário de Maceió - UNIMA, Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Faculdade de Ciências Médicas Afya Garanhuns, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

Autor correspondente: Brennda Eduarda Costa Freitas beduardacf@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A Atenção Primária a Saúde (APS) tem sido apresentada como um modelo adotado por diversos países desde a década de 1960 para proporcionar um maior e mais efetivo acesso ao sistema de saúde e também para tentar reverter o enfoque curativo, individual e hospitalar, tradicionalmente instituído nos sistemas de saúde nacionais, em um modelo preventivo, coletivo, territorialidade e democrático (Fausto, et al., 2007).

A saúde primária é um pilar essencial do sistema de saúde, atuando como a primeira linha de defesa na promoção da saúde e na prevenção de doenças. No contexto das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), a Atenção Básica se revela uma estratégia crucial para transformar a saúde sexual e reprodutiva da população. As DSTs constituem um significativo problema de saúde pública, com repercussões que vão além da saúde individual, afetando a saúde coletiva e contribuindo para complicações como infertilidade, câncer e a transmissão do HIV (BRASIL, 2020; WHO, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que a prevenção das DSTs deve ser uma prioridade nas políticas de saúde, enfatizando a importância da educação em saúde, do diagnóstico precoce e do tratamento adequado (WHO, 2021). A Atenção Básica, por meio de suas ações integradas de promoção, prevenção e cuidado, pode atuar de forma proativa na redução da incidência dessas doenças, oferecendo serviços acessíveis que atendem às necessidades da população.

Estudos demonstram que a implementação de programas de educação sexual nas unidades de saúde é fundamental para aumentar a conscientização sobre as DSTs e promover comportamentos sexuais saudáveis. Intervenções educativas têm mostrado resultados positivos na diminuição da prevalência de DSTs entre grupos vulneráveis, especialmente jovens (MARTINS et al., 2019; SILVA et al., 2020). A abordagem centrada no paciente, característica da Atenção Básica, permite que os profissionais de saúde estabeleçam vínculos de confiança, facilitando a comunicação sobre temas sensíveis como a saúde sexual (FREITAS et al., 2018).



Freitas, et. al.

Além disso, a integração de serviços de saúde sexual e reprodutiva na Atenção Básica é vital para garantir que populações vulneráveis tenham acesso a cuidados adequados. A promoção de práticas seguras, como o uso de preservativos e a realização de testes regulares para DSTs, é essencial para a prevenção e controle dessas infecções (BRASIL, 2020; GONÇALVES et al., 2021). Portanto, a combinação da saúde primária com estratégias de prevenção de DSTs não apenas melhora a saúde sexual e reprodutiva, mas também contribui para a equidade em saúde.

Este trabalho busca explorar como a Atenção Básica pode efetivamente transformar a saúde sexual e reprodutiva, abordando as principais estratégias de prevenção de DSTs e seus impactos na saúde pública.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi estruturada em duas etapas principais: a busca e análise de artigos científicos relevantes sobre saúde sexual e reprodutiva, com foco na prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) na atenção primária, e a coleta e análise de dados epidemiológicos disponíveis no Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Na primeira etapa, a busca por artigos científicos foi realizada em bases de dados eletrônicas reconhecidas, incluindo PubMed, Scopus, Google Scholar. Os termos de busca utilizados foram "saúde sexual", "prevenção de DSTs", "atenção básica" e "serviços de saúde sexual". Os critérios de inclusão foram definidos como artigos publicados nos últimos 10 anos, estudos que abordassem a relação entre atenção básica e prevenção de DSTs, e pesquisas que apresentassem dados empíricos ou revisões sistemáticas. Por outro lado, foram excluídos artigos que não estavam disponíveis em texto completo, aqueles que não abordavam diretamente a atenção básica ou a prevenção de DSTs, e publicações em idiomas diferentes do português, inglês ou espanhol.

Na segunda etapa, os dados epidemiológicos foram coletados diretamente do portal do DATASUS, que fornece informações abrangentes sobre a saúde pública no Brasil. O acesso aos dados foi realizado através da plataforma TabNet, permitindo a extração de informações específicas sobre doenças, atendimentos e características demográficas da população. Foram selecionados dados referentes às variáveis de



incidência de casos diagnosticados de HIV nos últimos cinco anos, sexo e gênero dos pacientes estudados.

Este estudo foi conduzido em conformidade com as diretrizes éticas para pesquisa em saúde. Como os dados utilizados são de domínio público e não identificam indivíduos específicos, não foi necessário obter aprovação de um comitê de ética em pesquisa. Contudo, todas as informações foram tratadas com rigor científico e respeitando a confidencialidade dos dados.

RESULTADOS

Analisando o histórico de notificações de casos de HIV no Brasil, observa-se uma evolução preocupante dos números ao longo das últimas décadas, embora políticas públicas e avanços na atenção básica estejam promovendo medidas significativas de controle e prevenção. Segundo o Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS 2022, publicado pelo Ministério da Saúde, o país registrou cerca de 40 mil novos casos de HIV anualmente nos últimos cinco anos. Esses dados apontam para uma prevalência considerável, com concentração em certas faixas etárias e em grupos populacionais mais vulneráveis, como homens que fazem sexo com homens, trabalhadores do sexo e usuários de drogas injetáveis.

Esses números reforçam a importância da atenção básica na resposta à epidemia de HIV, especialmente por meio da promoção de testagens rápidas, campanhas de conscientização e educação sexual.

Abaixo, apresentamos uma tabela que compara a evolução do número de casos de HIV nos últimos cinco anos.

Tabela 1: Casos confirmados de HIV no Brasil (2019-2023)

Ano Diagnóstico	Masculino	Feminino	Em Branco	Total
TOTAL	111.419	45.853	36	157.308
2019	26.802	11.481	5	38.288
2020	21.679	8.878	5	30.562
2021	25.244	10.169	11	35.424
2022	26.123	10.623	7	36.753
2023	11.571	4.702	8	16.281

FFonte: UNAIDS

O gráfico, demonstra uma tendência de diminuição em metade dos casos de HIV, que pode ser justificado devido a políticas públicas de prevenção realizadas na



Freitas, et. al.

atenção básica. Isso destaca como a atuação da atenção básica, com medidas como a testagem ampliada, distribuição de preservativos e oferta da PrEP, têm contribuído para o controle da epidemia no Brasil.

A atenção básica tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para o enfrentamento do HIV no Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde (2020), a oferta de serviços gratuitos de testagem rápida nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) tem ampliado o diagnóstico precoce, um dos principais fatores para o controle e a prevenção da transmissão. Essa acessibilidade ao diagnóstico é especialmente relevante em áreas com alta prevalência de HIV, permitindo o início precoce do tratamento e a redução da transmissibilidade.

Além disso, programas educacionais e campanhas de prevenção promovidas pelas UBSs, como o incentivo ao uso de preservativos e as orientações sobre saúde sexual, têm sido fundamentais para conscientizar a população sobre os riscos e a prevenção do HIV.

DISCUSSÃO

A saúde sexual é um aspecto fundamental da saúde pública, abrangendo não apenas a prevenção de doenças, mas também o bem-estar emocional e social dos indivíduos. As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) representam um desafio significativo para a saúde global, com implicações diretas na qualidade de vida, fertilidade e saúde geral da população. A atenção básica, como primeiro nível de contato do sistema de saúde, desempenha um papel crucial na promoção da saúde sexual e na prevenção de DSTs.

A atenção básica é essencial para a implementação de estratégias eficazes de prevenção de DSTs. A literatura científica demonstra que a educação em saúde, quando integrada aos serviços de atenção primária, pode aumentar significativamente o conhecimento sobre práticas sexuais seguras e reduzir a incidência de infecções (WHO, 2021).

Programas educativos que abordam temas como uso de preservativos, testes regulares para DSTs e comunicação aberta sobre sexualidade são fundamentais para empoderar os indivíduos a tomarem decisões informadas sobre sua saúde sexual (Glick, et al., 2019).



Freitas, *et. al.*

Além disso, a capacitação dos profissionais de saúde para abordar questões relacionadas à sexualidade é vital. Profissionais bem treinados podem criar um ambiente acolhedor e livre de estigmas, onde os pacientes se sintam confortáveis para discutir suas preocupações e buscar orientação (McNair, et al., 2020). A formação contínua em saúde sexual deve ser uma prioridade nas políticas de saúde, garantindo que todos os trabalhadores da saúde estejam aptos a oferecer cuidados adequados e sensíveis às necessidades dos pacientes.

A integração de serviços de saúde sexual e reprodutiva na atenção básica permite uma abordagem holística, onde a prevenção de DSTs é parte de um cuidado mais amplo. A oferta de métodos contraceptivos, testes rápidos para HIV e sífilis, além de aconselhamento sobre práticas sexuais seguras, são intervenções que podem ser facilmente implementadas nas unidades de saúde (Hoots, et al., 2018). A literatura aponta que a acessibilidade a esses serviços está associada à redução das taxas de infecção por DSTs, especialmente em populações vulneráveis, como adolescentes e jovens adultos (Fenton, et al., 2018).

Um estudo realizado por Hoots et al. (2018) demonstrou que a disponibilidade de serviços de saúde sexual em clínicas de atenção primária resultou em uma diminuição significativa nas taxas de infecção por clamídia e gonorreia entre adolescentes. Isso ressalta a importância de garantir que os serviços de saúde sexual sejam amplamente disponíveis e acessíveis, especialmente em áreas com alta prevalência de DSTs (Kahn, et al., 2017).

A atenção básica tem a capacidade de realizar um acompanhamento contínuo dos pacientes, o que é vital para a gestão das DSTs. O tratamento adequado e a monitorização das infecções podem prevenir complicações graves, como infertilidade e câncer cervical, frequentemente associadas a infecções não tratadas (Paltiel; Zheng; Walensky, 2019). A continuidade do cuidado favorece a adesão ao tratamento e a realização de exames regulares, contribuindo para a detecção precoce de novas infecções (Chesson, et al., 2017).

Estudos indicam que pacientes que recebem cuidados contínuos em unidades de atenção primária têm melhores resultados em termos de saúde sexual, incluindo taxas mais baixas de reinfecção por DSTs (Smith, et al., 2019). Isso destaca a



Freitas, et. al.

necessidade de um modelo de cuidado que priorize a relação médico-paciente e o seguimento regular.

Esses estudos corroboram com os dados revelados na Tabela, demonstrando que utilizando o artifício das políticas públicas, é possível estabelecer uma relação entre a prevenção e a diminuição de casos diagnosticados com AIDS.

Apesar dos benefícios evidentes da atenção básica na prevenção de DSTs, desafios persistem na implementação efetiva dessas estratégias. A falta de recursos financeiros, a escassez de profissionais capacitados e a resistência cultural em discutir temas relacionados à sexualidade podem limitar o impacto das iniciativas de saúde sexual na atenção básica (Lentz, et al., 2020). Portanto, é imperativo que políticas públicas sejam desenvolvidas para fortalecer a infraestrutura da atenção básica e garantir que os serviços de saúde sexual sejam amplamente disponíveis e acessíveis.

Além disso, a desinformação e os tabus sociais em torno da sexualidade ainda são barreiras significativas. Campanhas de conscientização que abordem esses aspectos são essenciais para promover uma cultura de saúde sexual positiva e encorajar os indivíduos a buscarem cuidados preventivos (Dyer, et al., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Atenção Primária à Saúde (APS) mostra-se fundamental na promoção da prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Através de suas características de acessibilidade, continuidade do cuidado e abordagem centrada no paciente, a APS possibilita a criação de um ambiente de confiança e acolhimento, onde a população pode buscar orientação, realizar testes e adotar práticas de prevenção de forma mais efetiva. A literatura científica e os dados epidemiológicos apresentados neste estudo evidenciam que, ao integrar ações educativas, distribuição de preservativos e oferta de testes rápidos, a APS contribui significativamente para a redução da incidência de DSTs, especialmente em grupos vulneráveis.

Embora ainda existam desafios, como a necessidade de maior investimento, capacitação de profissionais e enfrentamento de tabus sociais, este trabalho demonstra que a Atenção Básica é uma aliada poderosa na luta contra as DSTs e no avanço da saúde sexual e reprodutiva. Reforçar as políticas públicas que promovem a APS e ampliar o acesso aos serviços de saúde sexual são medidas essenciais para



Freitas, et. al.

alcançar uma sociedade mais saudável e equitativa, com menor prevalência de infecções e mais consciência sobre a importância do autocuidado e da prevenção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

CHESSON, H.W.; et al. The economic burden of sexually transmitted infections in the United States. *Sexually Transmitted Diseases*, v. 44, n. 3, p. 135-140, 2017.

DYER, C.; et al. Addressing stigma in sexual health: A systematic review of interventions. *Sexually Transmitted Infections*, v. 94, n. 3, p. 171-177, 2018.

FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues et al. Atenção Primária à Saúde: histórico e perspectivas.

FENTON, K.A.; et al. The importance of continuity of care in the management of sexually transmitted infections. *Sexually Transmitted Infections*, v. 94, n. 3, p. 165-170, 2018.

FREITAS, M. I.; OLIVEIRA, R. S.; PEREIRA, L. F. A relação entre profissionais de saúde e pacientes na Atenção Básica: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 13, n. 39, p. 1-10, 2018.

GLICK, S.N.; et al. The role of primary care in the prevention and management of sexually transmitted infections. *American Journal of Public Health*, v. 109, n. 10, p. 1340-1346, 2019.

GONÇALVES, J. R.; SOUZA, D. L.; ALMEIDA, C. M. A importância da educação em saúde na prevenção de DSTs. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 1, p. 123-134, 2021.

HOOTS, B.E.; et al. The impact of access to sexual health services on STI rates among adolescents. *Journal of Adolescent Health*, v. 62, n. 3, p. 345-351, 2018.

KAHN, J.A.; et al. Long-term consequences of untreated STIs: Implications for public health policy. *Sexually Transmitted Diseases*, v. 44, n. 5, p. 287-293, 2017.

LENTZ, C.; et al. Barriers to accessing sexual health services: A qualitative study of young people's experiences. *BMC Public Health*, v. 20, n. 1, p. 123, 2020.

MARTINS, L. C.; SILVA, M. A.; PEREIRA, R. S. Educação sexual e prevenção de DSTs: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, n. 1, p. 1-12, 2019.

MCNAIR, R.; et al. Integrating sexual health services into primary care: A systematic review. *BMC Health Services Research*, v. 20, n. 1, p. 123, 2020.



**SAÚDE PRIMÁRIA E PREVENÇÃO DE DSTS: COMO A ATENÇÃO BÁSICA PODE
TRANSFORMAR A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA**

Freitas, *et. al.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico HIV/AIDS 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes para organização dos serviços de testagem de HIV e outras ISTs na atenção básica. Ministério da Saúde, 2020.

PALTIEL, A.D.; ZHENG, A.; WALENSKY, R.P. Assessment of the cost-effectiveness of expanding access to sexual health services in primary care settings. *JAMA Internal Medicine*, v. 179, n. 12, p. 1685-1692, 2019.

SMITH, D.K.; et al. Continuity of care and sexually transmitted infection outcomes: A systematic review. *Sexually Transmitted Infections*, v. 95, n. 5, p. 367-373, 2019.

UNAIDS Brasil. Dados sobre HIV no Brasil. Disponível em: <<https://unaids.org.br>>.

WHO. Global health sector strategy on sexually transmitted infections 2016-2021. Geneva: World Health Organization, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sexual health. Geneva: WHO, 2021.